



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 332, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, o desarquivamento das seguintes proposições:

- PEC 32/2015
- PEC 33/2015
- PLS 172/2015
- PLS 187/2015
- PLC 119/2015
- PLS 376/2015
- PRS 24/2017
- PRS 49/2017
- PL 2980/2021
- PL 3835/2021
- PL 3836/2021
- PL 3993/2021
- PL 4076/2021
- PL 4432/2021
- PL 784/2020

JUSTIFICAÇÃO

As matérias listadas que se requer o desarquivamento são de capital importância para a discussão de pontos importantes para a sociedade brasileira, conforme se pode ver:



SF/23288.52795-69 (LexEdit)



1. PEC 32/2015, que institui o Sistema Parlamentar de Governo;
2. PEC 33/2015, que uniformiza regras de escolha do Procurador-Geral da República e dos Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos estaduais;
3. PLS 172/2015 – Complementar, que altera o art. 237 e institui o art. 243-A na Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, para estabelecer a responsabilidade administrativa, civil e criminal do membro do Ministério Público da União que praticar ato temerário ou com deliberada má-fé, ou ainda visando promoção pessoal ou perseguição política;
4. PLS 187/2015, que altera o art. 1º da Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990, para assegurar o sigilo na fase investigatória e dá outras providências;
5. PLC 119/2015, que altera o Estatuto do Índio, para estabelecer o dever da União, dos Estados e dos municípios e das autoridades responsáveis pela política indigenista de assegurar a dignidade da pessoa humana e os procedimentos com vistas a garantir o direito à vida, à saúde e à integridade física e psíquica das crianças, dos adolescentes, das mulheres, das pessoas com deficiência e dos idosos indígenas, com prevalência sobre o respeito e o fomento às práticas tradicionais indígenas.
6. PLS 376/2015, que altera o art. 61 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para acrescentar uma nova hipótese de agravante genérica;
7. PRS 24/2017, que altera a Resolução nº 15, de 2012, para acrescentar as denominações Chico Mendes, José Antônio Kroeff Lutzenberger e Almirante Ibsen de Gusmão Câmara às categorias Responsabilidade Ambiental, Gestão Sustentável e Inovação Ambiental, respectivamente, do Prêmio Mérito Ambiental;
8. PRS 49/2017, que cria a Instituição Ambiental Independente no âmbito do Senado Federal;



9. PL 784/2020, que altera a Lei n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para vedar a interrupção de serviços públicos em situação de emergência ou calamidade pública por razões sanitárias ou de saúde pública;

10. PL 2980/2021, que institui a Bolsa de Formação Musical;

11. PL 3835/2021, que altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985 (Lei da Ação Civil Pública), para aperfeiçoar a disciplina das ações coletivas;

12. PL 3836/2021, que altera a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, para ampliar o número de bolsas integrais do Programa Universidade para Todos (PROUNI);

13. PL 3993/2021, que concede isenção do Imposto sobre Operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários (IOF) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para a aquisição de micro-ônibus para utilização no transporte coletivo de passageiros urbano e semiurbano, e dá outras providências;

14. PL 4076/2021, que altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências, para instituir Novo Programa Especial de Regularização do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies);

15. PL 4432/2021, que altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, para tornar obrigatória a sinalização turística ao longo das rodovias federais.

Sala das Sessões, 8 de fevereiro de 2023.

Senadora Damares Alves
(REPUBLICANOS - DF)

